

## A Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor

### The Accounting Applied To The Third Sector

Rosimar dos Reis Bessa Couto

Faculdade Unyleya  
Universidade Estácio de Sá

Álvaro Luis Sarkis da Silva

Faculdade Unyleya

#### Resumo:

Este trabalho tratou da contabilidade do terceiro setor, sob o título: A Contabilidade aplicada ao Terceiro Setor, demonstrando a sua importância no desenvolvimento social. Iniciou-se com um breve comentário sobre as instituições que compõem o setor, com atenção às associações e fundações. Abordou suas obrigações fiscais e tributárias e mostrou que a contabilidade é peça fundamental no controle e na divulgação das informações ao usuário. Por meio de um estudo de caso de uma fundação privada, verificou-se que os indicadores econômicos e financeiros contribuem para uma melhor avaliação patrimonial e trazem segurança à prestação de contas das fundações sem fins lucrativos. A análise realizada evidenciou que a FUNCEB possui uma boa liquidez, tem maioria dos capitais próprios na sua estrutura de financiamentos e não sofreu problemas de insolvência nos anos estudados. Esta análise poderá servir como base para que os gestores da Fundação possam aprimorar ou corrigir eventuais falhas.

#### Palavras-chave:

Terceiro setor. Fundação privada sem fins lucrativos.  
Contabilidade. Demonstrações contábeis. Indicadores econômicos e financeiros.

#### Abstract:

This work dealt with the accounting of the third sector, under the title: Accounting applied to the Third Sector, demonstrating its importance in social development. It started with a brief comment on the institutions that make up the sector, with attention to associations and foundations. It addressed its fiscal and tax obligations and disclosed that accounting is a fundamental part in the control and disclosure of information to the user. Through a case study of a private foundation, it was found that the economic and economic indicators contribute to a better equity valuation and bring security to the accountability of non-profit foundations. An analysis carried out showed that a FUNCEB has good liquidity, has a majority of its own in its financing structure and has not suffered insolvency problems in the years studied. This analysis can serve as a basis for the Foundation's managers to improve or offer exceptions.

#### Keywords:

Third sector. Private non-profit foundation. Accounting. Accounting statements. Economic and financial indicators.

## 1 . INTRODUÇÃO

O ser humano possui uma característica primordial que o diferencia dos demais seres, que é a capacidade e a vontade de praticar atividades filantrópicas e humanitárias, e de forma individual ou coletiva coloca essas ideias em prática para ajudar os mais necessitados valendo-se da criação de uma pessoa jurídica, dotada de patrimônio próprio, com destinação social, assim conhecidas como Entidades de Interesse Social, as quais têm se mostrado ser a forma mais adequada para atingir esse objetivo.

O presente trabalho, portanto, tratará das questões atinentes ao Terceiro Setor, com a definição e contextualização das pessoas jurídicas relacionadas ao tema, sejam as fundações, associações e sociedades civis, todas integrantes do gênero Entidades de Interesse Social. No desenvolvimento do tema, será realizada uma incursão nos aspectos político, econômico e social, identificando as práticas e os conhecimentos exigidos na gestão contábil dessas instituições.

O Terceiro Setor tem um caráter estratégico da maior importância no âmbito de qualquer sociedade que se preocupe com o desenvolvimento social e a consolidação de valores democráticos, pluralistas, comprometidos com a solidariedade humana e o sentido de comunidade (SABO, 2004, p. 105).

É importante esclarecer que o ordenamento sociopolítico brasileiro possui três setores definidos, assim compreendidos como primeiro setor o público, que é o Estado, a Administração Pública, e o segundo setor o privado, que corresponde ao Mercado. O terceiro setor é aquele que mobiliza recursos humanos e materiais para impulsionar as iniciativas sociais, não sendo, portanto, nem público, nem privado, mas, contudo, guardando uma relação simbiótica com ambos, pois tem uma natureza privada – sem objetivo de lucro, mas com objetivos públicos, os quais seriam do Estado.

O Terceiro Setor é importantíssimo no aspecto social, mas no econômico também, inclusive isso reconhecido pelo Estado por meio dos incentivos fiscais, nas isenções e nas imunidades concedidos. A maior parte de suas receitas é oriunda de doações, que somado ao desconhecimento gerencial de seus administradores – por vezes dolosos – requer um nível rígido de controle, com um acompanhamento do Plano de Trabalho Anual e do Orçamento Anual, além de transparência e confiabilidade nas demonstrações contábeis, uma vez que o profissional de contabilidade responde solidariamente pelos seus atos, naquilo que couber.

O objetivo da pesquisa é demonstrar que os indicadores econômicos e financeiros possibilitam analisar com maior confiança e credibilidade a prestação de contas da gestão das instituições do Terceiro Setor.

Este trabalho de pesquisa foi realizado na forma de uma pesquisa descritiva, que na visão de KÖCHE (2010) consiste no estudo de duas ou mais variáveis de certo fenômeno, sem que ocorra manipulação.

Das diversas formas possíveis na pesquisa descritiva, este estudo se valerá do Estudo de Caso, que segundo GIL (2010) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Fundamentação Teórica e Conceitual**

A seção abarcará uma base conceitual que sustentará a referida pesquisa, contando com definições explicitadas por estudiosos renomados na área de interesse.

#### **2.1.1 As Entidades de Interesse Social**

As entidades de interesse social devem ter como destinatário a sociedade e são todas aquelas associações, fundações e sociedades sem fins lucrativos. Importante distinguir as associações das sociedades, termos normalmente utilizados como sinônimos. Nas palavras de Sabo (2004), "o termo *associação* era reservado para as entidades sem fins econômicos ou lucrativos, enquanto *sociedade*, para as entidades com fins lucrativos..."

##### **2.1.1.1 Terceiro setor**

A existência do Terceiro Setor pressupõe que há um primeiro e segundo. Sendo assim, conforme Martins (2007), o primeiro setor é classificado pelas pessoas jurídicas de direito público, correspondente ao Estado, sendo a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, que são a Administração Pública Direta, e as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, estas pertencentes à Administração Pública Indireta. O Terceiro Setor se configura em uma ação voluntária, filantrópica, com o fim de fazer uma ação social, suprimindo uma lacuna dos outros dois setores.

##### **2.1.1.2 Associação**

A associação, no seu conceito mais simples, é a reunião ou agrupamento de pessoas para a realização de ideais sem a finalidade lucrativa. Maria Helena Diniz apud Sabo (2004) conceitua como a forma pela qual certo número de pessoas coloca serviços, atividades e conhecimentos em prol de um ideal, para um determinado fim, sem intuito lucrativo.

Sabo (2004) diz que a existência legal surge com a inscrição de seu estatuto, em forma pública ou particular, no registro competente, desde que satisfeitos os requisitos legais do art. 45 do Código Civil. Assim, O estatuto é o instrumento de constituição de uma associação, o qual deve conter, obrigatoriamente, os incisos do art. 54 do Código Civil. Uma vez registrados os atos constitutivos, a associação adquire personificação jurídica, passando a ter aptidão para contrair direitos e obrigações, além de capacidade patrimonial.

Caso a associação tenha dificuldades e necessite ocorrer sua dissolução, esta deverá ocorrer na forma do art. 61 do Código Civil, cabendo ao seu estatuto dispor sobre a forma.

Cabe citar que as cooperativas sociais, organizações sociais (OSs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), partidos políticos e sindicatos também integram o Terceiro Setor, mas não serão abordados nesse estudo.

### 2.1.1.3 Fundação privada

Clóvis Bevilacqua *apud* Sabo (2004) diz que “Fundação é uma universalidade de bens personalizada, em atenção ao fim que lhe dá unidade”.

As diferenças entre as associações e fundações são capitais e merecem atenção. Nas palavras de Silveira, Borba e Rover (2008), as fundações diferem-se das associações devido à sua finalidade pública, nas associações geralmente a finalidade é coletiva de interesse de seus associados, enquanto que o patrimônio de uma fundação é constituído com o intuito de tornar-se independente da pessoa que a instituiu, assim torna-se público, enquanto na associação o patrimônio é de seus associados.

Dois elementos são fundamentais na constituição da fundação que é a independência dos instituidores e o reconhecimento do Estado, na figura do Ministério Público Estadual.

A fundação somente adquire personalidade jurídica após o registro do seu estatuto no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, depois de autorizado pelo Ministério Público. A alteração estatutária deverá ocorrer nos moldes dos arts. 67e 68 do Código Civil, mediante uma reunião conjunta do Conselho de Curadores e da Diretoria Executiva, com um quórum de 2/3 do efetivo, sendo certo que a alteração não pode desvirtuar, nem contrariar as finalidades da fundação.

Quanto à extinção, caberá ao Ministério Público verificar os casos de ocorrência previstos no art. 69, e com suas funções de acompanhamento e fiscalização propor a extinção judicialmente.

## 2.2 IMUNIDADE E ISENÇÃO DAS ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

As entidades de interesse social têm um papel de fundamental importância social, que representam o elo entre o Estado e o indivíduo. Em consequência, há uma tendência de o Poder Público conceder benefícios de ordem tributária para incentivarem a essas instituições a continuarem a desenvolver atividades complementares às de Estado. A imunidade e a isenção são a materialização desse apoio estatal.

A imunidade encontra amparo no art. 150 da Carta Magna e reflete a limitação constitucional ao poder de o Estado tributar. Assim, o texto constitucional veda a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços das entidades sem fins lucrativos, desde que atendidas a certas condições.

A isenção, por seu plano, tem amparo decorrente de lei e pode atingir quaisquer modalidades de tributos, seja federal, estadual ou municipal ou do Distrito Federal. Na prática, dispensa o pagamento de determinado imposto, segundo Bugarim e França *et al.* (2008, p. 40), “A isenção é a inexigibilidade *temporária* do *tributo* devido previsão em lei, mesmo com a *ocorrência do fato gerador* e, em tese, da obrigação tributária”.

### 2.2.1 Pis / Pasep

Desde 1988, o Fundo Pis-Pasep não conta com a arrecadação para contas individuais. Além disso, o art. 239 da Constituição Federal alterou a destinação dos recursos provenientes das contribuições para o PIS e para o Pasep, que passaram a serem alocados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, para o custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Recentemente, a Medida Provisória nº 946/2020 integrou a cota do PIS/PASEP ao FGTS. Entretanto, não obstante a essa mudança, as entidades sem fins lucrativos continuam a recolher, à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

As entidades sem fins lucrativos ainda possuem obrigações trabalhistas, fiscais, e previdenciárias, tais como a RAIS, que supre as necessidades de controle da atividade trabalhista no país. Em breve, será substituída, quando o e-social for totalmente implantado, da mesma forma que o fará com a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF). O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) também sofreu alterações com e-social, mas continua a ser recolhido pelas entidades sem fins lucrativos, com 8% sobre a folha de pagamento, sendo um encargo do empregador. Ainda há a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), regulada pela instrução normativa RFB nº 1.130, art. 2º. A Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), com a entrada em vigor do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), foi substituída pela Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

### 2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são relatórios técnicos elaborados com base nas informações geradas pelas instituições. Os usuários desses relatórios compreendem o público interno e externo, ou seja, os stakeholders.

A Lei nº 6.404/76, chamada de Lei das Sociedades Anônimas estabelece, de forma geral, os relatórios obrigatórios para as sociedades anônimas são Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR), e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

A Lei 11.638/2007 trouxe duas mudanças nas demonstrações financeiras, que foram a Demonstração de Fluxo de Caixa que substituiu a DOAR, passando a ser facultativa, e a Demonstração do Valor Adicionado que é obrigatória apenas para as companhias abertas.

De acordo com Santos (2010) a Lei nº 11.941/2009 surgiu para atualizar o que estava defasado no âmbito internacional, especialmente na estrutura do balanço patrimonial. Sendo que juntas as Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 trouxeram grandes mudanças nos procedimentos contábeis adotados no Brasil, com isso proporcionando maior transparência em suas demonstrações contábeis.

O item 22 da ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, indica as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem fins lucrativos.

22. As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado

do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

### **2.3.1 Balanço Patrimonial**

O balanço patrimonial é a demonstração que evidencia a situação econômica, financeira e patrimonial da entidade, por meio do ativo, passivo e patrimônio líquido, tornando-se um instrumento fundamental, por refletir com qualidade e de forma tempestiva essa situação.

### **2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício**

Para Iudícibus (2010), a demonstração do resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas referente a um determinado período, normalmente de doze meses. Portanto, é apresentado de forma vertical, dedutiva, ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado.

### **2.3.3 Demonstrações do Fluxo de Caixa**

De acordo com Blatt (2001, p. 123) as demonstrações do fluxo de caixa apresentam numericamente a diferença de valor na conta de caixa em um determinado período. Para Neto (2012, p. 107) “A DFC é muito importante para avaliação da situação financeira da empresa, podendo se conhecer sua efetiva capacidade de pagamento”.

### **2.3.4 Demonstração do Valor Adicionado**

Essa demonstração de acordo com Assaf Neto (2012, p. 106) “representa quanto a empresa está adicionando (agregando) pela sua atividade. Representa, em outras palavras, o PIB da empresa.”

## **2.4 INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS**

Pode-se compreender que a contabilidade é a grande aliada dos usuários para a tomada de decisão, valendo-se de demonstrativos fundamentais como o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício para se conhecer a liquidez (situação financeira), rentabilidade (situação econômica) e o endividamento (estrutura de capital).

### **2.4.1 Análise Horizontal (%)**

Análise Horizontal consiste na comparação do valor de alguma conta do balanço patrimonial ou da demonstração do resultado do exercício com os valores da mesma conta em diferentes anos do exercício da empresa.

### **2.4.2 Análise Vertical (%)**

Análise Vertical tem por objetivo, segundo Matarazzo (2010, p. 176), “mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação (...), permitir inferir se há itens fora das proporções normais”.

### **2.4.3 Índices de Liquidez**

Conforme Marion (2012, p. 74), os índices de liquidez “São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos”.

#### **2.4.3.1 Índice de Liquidez Corrente**

O índice de liquidez corrente, na visão de Matarazzo (2010, p. 102), é aquele que corresponde “quanto a empresa possui no Ativo Circulante para cada R\$1,00 de passivo Circulante”. É obtido na razão do ativo circulante com o passivo circulante. Significa que quanto maior melhor.

#### **2.4.3.2 Índice de Liquidez Seca**

Para Assaf Neto (2012, p. 113), indica “o percentual das dívidas de curto prazo que pode ser resgatado mediante o uso de ativos de maior liquidez”. É encontrado da divisão do resultado da subtração do estoque do ativo circulante com o passivo circulante. À semelhança do índice anterior, também é o do tipo quanto maior melhor.

#### **2.4.3.3 Índice de Liquidez Imediata**

“Este quociente representa o valor de quanto dispomos imediatamente para liquidar nossas dívidas de curto prazo”, nas palavras de Iudícibus (2017, p. 104). Esse índice é obtido dividindo as disponibilidades pelo passivo circulante. O índice é de quanto maior melhor.

#### **2.4.3.4 Índice de Liquidez Geral**

O índice de Liquidez Geral mostra a solidez do embasamento financeiro da empresa a longo prazo, considerando tudo que a empresa converterá em dinheiro, relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida. É do tipo quanto maior melhor.

### **2.4.5 Índices de Endividamento**

Assaf Neto (2012, p. 126) escreve que os índices de endividamento indicam a estrutura do endividamento da instituição, as formas do uso do capital de terceiros e capital próprio, sua capacidade de honrar suas obrigações de longo prazo e como forma de avaliação do comprometimento da empresa com os seus credores.

#### **2.4.5.1 Relação Capital de Terceiros/Capital Próprio**

Segundo Assaf Neto (2012, p. 116), “Esta medida revela o nível de endividamento (dependência) da empresa em relação a seu financiamento por meio de recursos próprios”. É do tipo quanto menor melhor.

### **2.4.5.2 Relação do Capital Próprio/Capital de Terceiros**

De acordo com Blatt (2001, p. 67), “Esse índice denota a garantia oferecida por capitais próprios aos capitais de terceiros. Quanto maior o percentual, maior é a garantia existente”.

### **2.4.5.3 Composição do Endividamento**

Para Bruni (2014, p. 155) “O índice de composição do endividamento (ICE) expressa a natureza do endividamento, revelando o percentual do endividamento concentrado no curto prazo”. É do tipo quanto menor melhor.

### **2.4.5.4 Imobilização do Patrimônio Líquido**

De acordo com Bruni (2014, p. 156), “O quociente expresso pelo índice de imobilização do patrimônio líquido representa o quanto dos recursos próprios está aplicado no ativo imobilizado”. É do tipo quanto menor melhor.

## **2.5 ESTUDO DE CASO**

A instituição objeto do estudo de caso deste trabalho é a Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), que é uma fundação privada, sem fins lucrativos, dotada de patrimônio próprio. Sua sede é em Brasília, no Distrito Federal, e possui um escritório no Estado do Rio de Janeiro, onde funciona toda administração. Todos os integrantes da diretoria e dos conselhos são voluntários e não assalariados.

### **2.5.1 A Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor**

Na sociedade brasileira, o Terceiro Setor fomenta oportunidades de trabalho e atua auxiliando a execução de políticas públicas, o que torna indispensável a organização de seu patrimônio, para uma adequada prestação de contas contábil. É nesse contexto que o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade se integram e cumprem a missão de "Promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e qualidade na prestação dos serviços, realizando o registro e a fiscalização de profissionais e organizações contábeis, atuando como fator de proteção da sociedade". Assim, o presente trabalho procurou identificar como a contabilidade contribui para a melhoria do processo de prestação de contas, ressaltando a importância do contador, que responde solidariamente com os diretores perante os Órgãos de controle. Para tanto, foram feitos os cálculos percentuais dos indicadores, conforme o Apêndice A - Análise Horizontal e Vertical do Balanço Patrimonial - e Apêndice B - Análise Horizontal e Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício, valendo-se do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício, da FUNCEB, dos anos de 2017, 2018 e 2019.

### **2.5.2 Análise horizontal e vertical do balanço patrimonial**

A análise horizontal do Apêndice A, tendo o ano de 2017 como base (100%) para o cálculo, evidencia que o ativo apresentou um crescimento nominal de 14,26% em 2018 e 23,03% em 2019, influenciado pela conta Disponível Projetos/Atividades, do ativo circulante, cujos percentuais foram 284,68% e 259,29%. No ativo não circulante, a conta Imobilizado teve um crescimento 1.848,64% em 2018 e de 2.707%, este influenciado pela aquisição patrimonial na instalação da Rádio Verde Oliva, em Manaus. Os capitais de terceiros de curto prazo - passivo circulante - no ano de 2018 e 2019 apresentaram respectivamente um crescimento de 16,05% e 13,06%; em Outras Obrigações – Contas a pagar o crescimento, em 2019, foi de 1.300,95%, em virtude de mudança de procedimento, por orientação da auditoria externa, no sentido de que a FUNCEB cumprisse o regime contábil, que é o da competência, gerando esse aumento elevado em termos percentuais. Em relação à análise vertical, observa-se que o grupo com maior participação na formação do ativo total foi o ativo circulante – Banco conta aplicação, que no ano de 2018, participava com de 60,70% e em 2019 aumentou para 61,65%, e Disponível Projetos/Atividades, com 27,76% e 24,07%. O patrimônio líquido da FUNCEB aumentou, em 2018, 12,79% e em 2019 29,88%, em relação ao ano de 2017.

### **2.5.3 Análise horizontal e vertical da demonstração de resultado do período**

Em 2018 e 2019, verifica-se na análise horizontal que as receitas operacionais da FUNCEB apresentaram uma queda nominal de 7,34% e 21,98% respectivamente. A conta Receitas Diversas teve um aumento nominal de 49,48% e 89,05%, influenciada pelo aumento nas doações à instituição, que cresceram 440% e 257,35% respectivamente. Nas despesas, a conta material de consumo aumentou em 785,57% e 624,85% em decorrência de apoios prestados a terceiros em atividades de seu interesse, e serviços de terceiros em 185,71% e 662,62%, com a contratação de um coordenador para elaboração de uma revista.

Na análise vertical, observa-se que a conta Receitas Operacionais tem uma participação significativa de 27,85% em 2017, 24,21% em 2018 e 16,28% em 2019, e a conta Receitas Diversas com 32,18%, 45,45% e 45,92% respectivamente.

A FUNCEB apresentou superávit nos exercícios de 2018 e 2019, com aumento nominal, comparado a 2017, de 578,68% e 763,61%.

### **2.5.4 Índices de liquidez e solvência**

O balanço patrimonial dos anos de 2017, 2018 e 2019 possibilita calcular os índices econômicos e financeiros, tendo sido extraído os seguintes indicadores de liquidez e solvência.

Índices	2019	2018	2017
Liquidez geral	2,35	2,20	2,44
Liquidez corrente	2,35	2,20	2,44
Liquidez seca	2,32	2,20	2,44
Liquidez imediata	2,29	2,14	2,39

Os indicadores de liquidez geral, corrente e seca apresentam o mesmo resultado em razão de a FUNCEB não apresentar ativo realizável a longo prazo e passivo não circulante e valores em estoque, exceto em 2019, cujo índice de liquidez seca foi 2,32, devido a um pequeno estoque. A análise realizada no indicador de liquidez corrente (curto prazo) demonstra que a Fundação possuía no ano de 2017, R\$ 2,44 de bens e direitos para cada unidade R\$ 1,00 de passivo circulante - capitais de terceiros de curto prazo. Em 2018 apresentou R\$ 2,20 e em 2019 R\$ 2,35, diminuindo a sua capacidade de pagamento.

A liquidez imediata confirma essa diminuição na sua capacidade de pagamento, apesar de manter a capacidade de pagamento, ou seja, para cada unidade de passivo circulante possuía R\$ 2,14 e R\$ 2,29 de bens e direitos em 2018 e 2019 respectivamente.

### 2.5.5 Índices de estrutura de capital/endividamento

O balanço patrimonial dos anos anteriormente citados possibilita o cálculo dos índices de estrutura de capital/endividamento:

Índices	2019	2018	2017
Grau de endividamento	60%	71%	69%
Composição do endividamento	100%	99%	100%
Imobilização do PL	19%	15%	19%

Observa-se que o grau de endividamento no ano de 2017 foi de 69%, ou seja, o capital de terceiros em relação ao total dos recursos aplicados, no ano de 2018 apresentou 71%, diminuindo em 2019 para 60%. Portanto, pelos resultados apresentados no grau de endividamento, a FUNCEB manteve um equilíbrio em 2017 e 2018, com uma queda em 2019.

A composição do endividamento não apresenta em seu balanço dívidas no longo prazo. Como consequência, a entidade apresenta praticamente 100% de obrigações de curto prazo nos anos de 2018 a 2019, correspondendo a dívidas de passivos não onerosos, as quais são inerentes à sua atividade, tais como salários, impostos e aplicação em projetos, cujas dívidas serão quitadas com recursos já disponíveis na Fundação.

Em relação à imobilização do patrimônio líquido, os índices foram de 15% e 19%, em 2018 e 2019 respectivamente, influenciados por um projeto de implantação de uma rádio outorgada ao Exército Brasileiro, cujos recursos foram captados pela FUNCEB e toda aquisição dos bens móveis incorporados ao seu patrimônio.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou uma fundamentação teórica acerca das entidades sem fins lucrativos, abordando o registro das atas de constituição e de seus estatutos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, tratando mais detalhadamente das associações e fundações privadas, inclusive suas diferenças. De fato, apesar de serem sem fins lucrativos, as suas essências diferem completamente, pois enquanto a associação é uma reunião de pessoas com finalidades em comum, as fundações privadas estão focadas na constituição de um patrimônio com um fim social, por instituidores que, após o aporte dos recursos, se afastam da instituição criada, a qual será velada pelo Ministério Público, via de regra, estadual.

O apoio do Governo ficou evidenciado nos incentivos fiscais concedidos às entidades, por meio de isenções e imunidades, desde que atendidos critérios e condições legais. Assim, o Estado reconhece a importância do terceiro setor e o seu papel muitas vezes substitutivo dele mesmo, uma vez que o terceiro setor surgiu como forma de complemento ou de suprimento do primeiro e do segundo setor, ou seja, o Estado e a empresa.

Além dos incentivos citados, as entidades do terceiro setor contribuem, também, para o Fundo PIS/PASEP, na base de 1% sobre a folha de pagamento, pagam imposto de renda sobre as receitas que não são provenientes das suas atividades e recolhem o fundo de garantia de tempo de serviço, além das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

O tema desse trabalho mostra relevância quando se olha para a prestação de contas, pois a contabilidade aplicada ao terceiro setor possui regras específicas, com um plano de contas voltado às atividades dessas entidades e a diferença principal, que é a apuração de superávit ou déficit, diferentemente das empresas, cujo resultado será evidenciado por meio de lucro ou prejuízo.

Essa prestação de contas é, em um primeiro momento, interna, voltada aos órgãos de controle interno, com a apresentação das demonstrações contábeis, relatório de auditoria externa e outros relatórios ao Conselho Fiscal, que dá parecer ou não de serem levadas a aprovação do Conselho de Curadores ou do órgão superior da instituição. E externa, à medida que esta aprovação é transcrita em ata, que segue ao Ministério Público e, posteriormente, ao RCPJ. Ressalta-se a importância do profissional contábil, que valendo-se do seu conhecimento técnico faz os lançamentos, registros e análises necessários, resultando nas demonstrações contábeis e indicadores econômicos e financeiros que, além de fornecerem uma ampla visão econômica, financeira e patrimonial da entidade, facilitam o entendimento das informações fornecidas aos usuários e auxiliam na tomada de decisões.

Essas demonstrações contábeis são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração de Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, que são assinadas pelo contador e pelo presidente da instituição. Detalhe que alguns Ministérios Públicos, como é o caso do Rio de Janeiro, exigem na prestação de contas o visto do auditor nas demonstrações, bem como a transcrição dessas demonstrações no seu relatório de auditoria externa.

A fundamentação teórica apresentada sobre o "A Contabilidade aplicada ao Terceiro Setor" demonstrou que a contabilidade é de suma importância para o setor e a análise das demonstrações contábeis, por meio dos indicadores econômicos e financeiros, proporcionam aos gestores um elevado grau de segurança na tomada de decisão. Assim, materializando esse estudo, o conhecimento foi aplicado para apuração dos índices da Fundação Cultural Exército Brasileiro.

O balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício, dos anos de 2017, 2018 e 2019, foram utilizados para análises horizontal e vertical, e para obter os índices de liquidez e endividamento, conforme os Apêndices A e B. Evidenciaram que o ativo da Fundação cresceu, principalmente devido à doação de imobilizado, resultado de um de seus projetos, e, como consequência, o patrimônio líquido também aumentou. A análise da DRE possibilitou, ainda, enxergar o crescimento da receita, resultante, ainda, da doação do imobilizado, cujo resultado foi superavitário, em relação ao ano base de 2017.

Concluindo, os índices demonstram que a FUNCEB possui uma situação econômico financeira segura. A avaliação dos Ativos (Circulante, Realizável de Longo Prazo e Permanente) e Passivos (Circulante e Exigível a Longo Prazo) seguem os princípios e as regras das Normas Brasileiras de Contabilidade e a análise das receitas e despesas demonstram essa segurança, principalmente porque não há ações administrativas ou judiciais em curso e as demonstrações financeiras são auditadas por um profissional independente.

## REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BLATT, Adriano. **Análise de Balanços: Estrutura e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis**. São Paulo: Makron Books, 2001.
- BRASIL. Lei 10.406. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.
- BRASIL. Lei nº 6.404/76. Dispõe sobre as sociedades anônimas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 de dez. 1976.
- BRASIL. Lei nº 11.638/07. Altera e revoga dispositivos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de dez. 2007.
- BRASIL. MP nº 946/2020. Extingue o Fundo PIS-PASEP. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de abr. 2020.
- BRUNI, Adriano Leal. **Análise contábil e financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BUGARIM, Maria Clara Cavalcante; FRANÇA, José Antônio de. **Conselho Federal de Contabilidade: Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2. Ed. Brasília. DF, 2008.

---

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução N° 1.409 – Aprova a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros. Diário Oficial da União. Brasília.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Senado Federal, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010. xvi, 184 p. ISBN 9788522458233.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 3. reimpr. ISBN 9788522454211.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços**. 11. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 27.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 182 p. ISBN 9788532618047.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012. 291 p. ISBN 978-85-224-6868-3.

MARTINS, Orleans Silva. **Gestão Contábil - Administrativa nas Organizações do Terceiro Setor**. Qualit@s Revista Eletrônica, Paraíba, v. 6, n. 2, p.01-05, 2007. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/issue/view/13>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: Abordagem Gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002. 152 p. ISBN 8522102627.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e Entidades de Interesse Social**. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

SANTOS, Cleston Alexandre Dos. **Práticas de Contabilidade das Organizações sem Fins Lucrativos de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, SC, 2010.

SILVEIRA, Douglas Da. BORBA, Jose Alonso. ROVER, Suliani. **Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina**. 18° Congresso Brasileiro de Contabilidade – Anais de trabalhos científicos.

## APÊNDICE A

FUNDAÇÃO CULTURAL EXÉRCITO BRASILEIRO								
CNPJ 03.733.630/0001-63								
BALANÇO PATRIMONIAL								
Descrição	2019	AV%	AH%	2018	AV%	AH	2017	AV
<b>Ativo</b>	<b>7.664.054,19</b>	100,00%	23,03%	<b>7.117.655,11</b>	100,00%	14,26%	<b>6.229.379,82</b>	100,00%
<b>Ativo Circulante</b>	<b>6.747.669,10</b>	88,04%	8,89%	<b>6.481.495,24</b>	91,06%	4,60%	<b>6.196.733,41</b>	99,48%
<b>Disponível</b>	<b>6.571.900,15</b>	85,75%	8,41%	<b>6.307.246,50</b>	88,61%	4,05%	<b>6.062.006,13</b>	97,31%
Caixa	448,73	0,01%	-37,63%	894,71	0,01%	24,36%	719,44	0,01%
<b>Bancos</b>	<b>4.726.333,46</b>	61,67%	-14,81%	<b>4.330.818,31</b>	60,85%	-21,94%	<b>5.547.735,42</b>	89,06%
Bancos conta movimento	1.140,94	0,01%	-63,99%	10.271,50	0,14%	224,17%	3.168,58	0,05%
Banco conta aplicação	4.725.192,52	61,65%	-14,78%	4.320.546,81	60,70%	-22,08%	5.544.566,84	89,01%
<b>Disponível Projetos/Atividades</b>	<b>1.845.117,96</b>	24,07%	259,29%	<b>1.975.533,48</b>	27,76%	284,68%	<b>513.551,27</b>	8,24%
Disponível Proj CD BSEX	-	0,00%	-100,00%	-	0,00%	-100,00%	13.189,79	0,21%
Disponível Proj Livro Muralhas 4	169.030,28	2,21%	-65,54%	470.177,84	6,61%	-4,14%	490.493,49	7,87%
Disponível Campanha Inst EB	628.233,70	8,20%		622.345,45	8,74%		-	0,00%
Disponível RVO Manaus	484.073,66	6,32%		731.896,15	10,28%		-	0,00%
Disponível Proj Livro Estigarríbia	50.247,84	0,66%		140.396,04	1,97%		-	0,00%
Disponível 1º Esq de Cavalaria Leve	18.829,23	0,25%		-	0,00%		-	0,00%
Disponível Proj Revit Cemitério HRL	142.894,62	1,86%		-	0,00%		-	0,00%
Disponível RVO Três Corações	350.000,00	4,57%		-	0,00%		-	0,00%
Disponível Prog Mecenas	1.808,63	0,02%	-81,67%	10.718,00	0,15%	8,61%	9.867,99	0,16%
Valores a Receber	89.917,50	1,17%	-31,85%	172.598,32	2,42%	30,81%	131.946,90	2,12%
<b>Outros Créditos</b>	<b>228,75</b>	0,00%	-51,17%	<b>99,00</b>	0,00%	-78,87%	<b>468,50</b>	0,01%
Impostos Recuperar <sup>a</sup>	228,75	0,00%	-51,17%	99,00	0,00%	-78,87%	468,50	0,01%
<b>Estoque</b>	<b>85.116,42</b>	1,11%	3581,70%	<b>1.551,42</b>	0,02%	-32,89%	<b>2.311,88</b>	0,04%
Estoque	85.116,42	1,11%	3581,70%	1.551,42	0,02%	-32,89%	2.311,88	0,04%
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>506,28</b>	0,01%		-	0,00%		-	0,00%
Despesas Antecipadas	506,28	0,01%		-	0,00%		-	0,00%
<b>Ativo Circulante Não</b>	<b>916.385,09</b>	11,96%	2707,00%	<b>636.159,87</b>	8,94%	1848,64%	<b>32.646,41</b>	0,52%
Imobilizado	916.385,09	11,96%	2707,00%	636.159,87	8,94%	1848,64%	32.646,41	0,52%
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>	<b>2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>	<b>2017</b>	<b>AV</b>
<b>Passivo</b>	<b>7.664.054,19</b>	100%	23,03%	<b>7.117.655,11</b>	100,00%	14,26%	<b>6.229.379,82</b>	100%
<b>Circulante</b>	<b>2.866.980,87</b>	37,41%	13,06%	<b>2.942.968,12</b>	41,35%	16,05%	<b>2.535.843,91</b>	40,71%
<b>Obrigações Trabalhistas</b>	<b>172.719,20</b>	2,25%	18,59%	<b>152.469,30</b>	2,14%	4,68%	<b>145.648,82</b>	2,34%
Salários e Ordenados	60.229,16	0,79%	7,74%	50.341,40	0,71%	-9,94%	55.900,16	0,90%

Provisões	112.490,04	1,47%	25,64%	100.030,55	1,41%	11,72%	89.534,34	1,44%
Outras Obrigações Trabalhistas	-	0,00%	-100,00%	2.097,35	0,03%	878,61%	214,32	0,00%
<b>Obrigações Sociais</b>	<b>42.648,71</b>	0,56%	40,76%	<b>37.383,48</b>	0,53%	23,39%	<b>30.298,11</b>	0,49%
INSS a Recolher	32.246,55	0,42%	49,96%	28.402,04	0,40%	32,09%	21.502,81	0,35%
FGTS a Recolher	9.246,36	0,12%	18,27%	7.983,50	0,11%	2,12%	7.818,04	0,13%
PIS a Recolher	1.155,80	0,02%	18,27%	997,94	0,01%	2,12%	977,26	0,02%
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>29.727,80</b>	0,39%	64,25%	<b>27.814,30</b>	0,39%	53,68%	<b>18.099,38</b>	0,29%
Tributos a Recolher	5.425,27	0,07%	-8,00%	10.683,59	0,15%	81,16%	5.897,35	0,09%
IRRF a Recolher	24.098,12	0,31%	99,68%	16.910,09	0,24%	40,12%	12.068,19	0,19%
Impostos Retidos c/ Lei 10.833	204,41	0,00%	52,73%	220,62	0,00%	64,84%	133,84	0,00%
<b>Outras Obrigações</b>	<b>767.840,46</b>	10,02%	111,38%	<b>736.377,33</b>	10,35%	102,72%	<b>363.246,33</b>	5,83%
Contas a Pagar	26.183,82	0,34%	1300,95%	-	0,00%	-100,00%	1.869,00	0,03%
Adiantamentos Recebidos	449.500,00	5,87%	57,72%	660.000,00	9,27%	131,58%	285.000,00	4,58%
Valores de Terceiros	292.156,64	3,81%	282,52%	76.377,33	1,07%	0,00%	76.377,33	1,23%
Parcela de Tributos e Contribuições	8.926,74	0,12%		13.390,23	0,19%		-	0,00%
Projetos a executar	-	0,00%	-100,00%	-	0,00%	-100,00%	1.465.000,00	23,52%
<b>Rec de Projetos/Atv em Execução</b>	<b>1.845.117,96</b>	24,07%	259,29%	<b>1.975.533,48</b>	27,76%	284,68%	<b>513.551,27</b>	8,24%
<b>Projeto CD BSEx</b>	<b>-</b>	0,00%	-100,00%	<b>-</b>	0,00%	-100,00%	<b>13.189,79</b>	0,21%
Recursos Proj CD BSEx	149.936,35	1,96%	0,03%	149.936,35	2,11%	0,03%	149.892,67	2,41%
Aplicação Proj CD BSEx	149.936,35	1,96%	9,68%	149.936,35	2,11%	9,68%	136.702,88	2,19%
<b>Projeto Livro Muralhas 4</b>	<b>169.030,28</b>	2,21%	-65,54%	<b>470.177,84</b>	6,61%	-4,14%	<b>490.493,49</b>	7,87%
Recursos Proj Livro Muralhas 4	642.788,93	8,39%	4,98%	629.460,08	8,84%	2,81%	612.280,65	9,83%
Aplicação Proj Livro Muralhas 4	473.758,65	6,18%	289,01%	171.039,27	2,40%	40,44%	121.787,16	1,96%
Obrig Trib a Rec Livro Muralhas 4	-	0,00%		11.757,03	0,17%		-	0,00%
<b>Campanha Institucional EB</b>	<b>628.233,70</b>	8,20%		<b>622.345,45</b>	8,74%		<b>-</b>	0,00%
Recursos CIEB	2.044.870,37	26,68%		1.120.226,39	15,74%		-	0,00%
Aplicação CIEB	1.416.636,67	18,48%		497.880,94	7,00%		-	0,00%
<b>RVO Manaus</b>	<b>484.073,66</b>	6,32%		<b>731.896,15</b>	10,28%		<b>-</b>	0,00%
Recursos RVO Manaus	2.005.054,91	26,16%		1.447.073,22	20,33%		-	0,00%
Aplicação RVO Manaus	1.521.288,75	19,85%		715.177,07	10,05%		-	0,00%
Obrig Trib a Recolher RVO Manaus	307,50	0,00%		-	0,00%		-	0,00%
<b>Projeto Livro Estigarríbia</b>	<b>50.247,84</b>	0,66%		<b>140.396,04</b>	1,97%		<b>-</b>	0,00%
Recursos Proj Livro Estigarríbia	143.630,09	1,87%		140.396,04	1,97%		-	0,00%
Aplicação Proj Livro Estigarríbia	93.382,25	1,22%		-	0,00%		-	0,00%

Recursos Proj Rondon Vale	2.786.239,21	36,35%	0,00%	2.786.239,21	39,15%	0,00%	2.786.239,21	44,73%
Aplic Recursos Proj Rondon Vale	2.786.239,21	36,35%	0,00%	2.786.239,21	39,15%	0,00%	2.786.239,21	44,73%
<b>1º Esq Cavalaria Leve</b>	<b>18.829,23</b>	0,25%		-	0,00%		-	0,00%
Recursos 1º Esq Cav Leve	55.002,48	0,72%		-	0,00%		-	0,00%
Aplicação 1º Esq Cav Leve	36.173,25	0,47%		-	0,00%		-	0,00%
<b>Projeto Revitalização Cemitério HRL</b>	<b>142.894,62</b>	1,86%		-	0,00%		-	0,00%
Recursos Proj Revit Cemitério HRL	142.894,62	1,86%		-	0,00%		-	0,00%
<b>RVO Três Corações</b>	<b>350.000,00</b>	4,57%		-	0,00%		-	0,00%
Recursos RVO Três Corações	350.000,00	4,57%		-	0,00%		-	0,00%
Recursos Proj Espaço Cult EB	1.965.446,41	25,64%	0,00%	1.965.446,41	27,61%	0,00%	1.965.446,41	31,55%
Aplicação Proj Espaço Cult EB	1.965.446,41	25,64%	0,00%	1.965.446,41	27,61%	0,00%	1.965.446,41	31,55%
<b>Prog Mecenas</b>	<b>1.808,63</b>	0,02%	-81,67%	<b>10.718,00</b>	0,15%	8,61%	<b>9.867,99</b>	0,16%
Recursos Prog Mecenas	465.822,66	6,08%	152,30%	326.604,90	4,59%	76,90%	184.630,35	2,96%
Aplicação Prog Mecenas	464.014,03	6,05%	165,51%	315.886,90	4,44%	80,75%	174.762,36	2,81%
Recursos Proj Casa Rosa	296.265,89	3,87%	0,00%	296.265,89	4,16%	0,00%	296.265,89	4,76%
Aplicação Proj Casa Rosa	296.265,89	3,87%	0,00%	296.265,89	4,16%	0,00%	296.265,89	4,76%
<b>Passivo Não Circulante</b>	-	0,00%		<b>8.926,83</b>	0,13%		-	0,00%
Parcela Tributos e Contribuições	-	0,00%		8.926,83	0,13%		-	0,00%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.797.073,32</b>	62,59%	29,88%	<b>4.165.760,16</b>	58,53%	12,79%	<b>3.693.535,91</b>	59,29%
Capital Social	793.512,73	10,35%	0,00%	793.512,73	11,15%	0,00%	793.512,73	11,15%

## APÊNDICE B

<b>FUNDAÇÃO CULTURAL EXÉRCITO BRASILEIRO</b>								
<b>CNPJ 03.733.630/000 1-63</b>								
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>								
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2019</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>	<b>2018</b>	<b>AV%</b>	<b>AH</b>	<b>2017</b>	<b>AV</b>
Receitas	5.783.707,44	100%	32,51%	4.620.035,75	100%	5,85%	4.364.743,65	100%

Receitas Operacionais	941.726,37	16,28 %	-21,98%	1.118.326,44	24,21%	-7,34%	1.206.967,97	27,65%
Receitas de Serviços	344.679,57	5,96%	-10,01%	340.571,25	7,37%	11,09%	383.037,93	8,78%
Receita de Vendas	1.780,00	0,03%	-4,81%	2.124,00	0,05%	13,58%	1.870,00	0,04%
Receitas Financeiras	261.714,80	4,53%	-24,78%	257.651,19	5,58%	25,95%	347.952,04	7,97%
Trabalho Voluntário	333.552,00	5,77%	-29,65%	517.980,00	11,21%	9,25%	474.108,00	10,86%
Receitas Diversas	2.655.677,64	45,92 %	89,05%	2.099.816,00	45,45%	49,48%	1.404.780,57	32,18%
Doações	499.506,91	8,64%	257,35 %	754.816,00	16,34%	440,00 %	139.780,57	3,20%
Outras Receitas	2.156.170,73	37,28 %	70,45%	1.345.000,00	29,11%	6,32%	1.265.000,00	28,98%
Recursos Proj Lei Inc Fiscais	159.457,52	2,76%	-44,02%	157.619,15	3,41%	-44,67%	284.845,36	6,53%
Recursos Proj Privados	2.026.845,91	35,04 %	38,05%	1.244.274,16	26,93%	-15,25%	1.468.149,75	33,64%
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>	<b>2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>	<b>2017</b>	<b>AV</b>
Despesas	5.152.394,28	100,00 %	20,06%	4.123.906,73	100,00 %	-3,91%	4.291.642,07	100,00 %
Operacionais	2.628.293,16	51,01 %	11,20%	2.558.906,80	62,05%	8,27%	2.363.486,54	55,07%
Pessoal	1.283.278,03	24,91 %	-5,42%	1.380.407,92	33,47%	1,74%	1.356.823,68	31,62%
Salários e Ordenados	855.999,82	16,61 %	7,70%	778.287,57	18,87%	-2,08%	794.796,41	18,52%
Férias	73.011,50	1,42%	6,58%	65.607,63	1,59%	-4,23%	68.504,83	1,60%
1/3 de Férias	20.714,71	0,40%	6,70%	18.532,72	0,45%	-4,54%	19.414,44	0,45%
Trabalho Voluntário	333.552,00	6,47%	-29,65%	517.980,00	12,56%	9,25%	474.108,00	11,05%
Encargos Sociais	584.523,94	11,34 %	28,06%	493.459,95	11,97%	8,11%	456.430,41	10,64%
INSS	271.702,17	5,27%	24,60%	233.735,14	5,67%	7,19%	218.055,36	5,08%
PIS	10.143,01	0,20%	19,54%	8.796,96	0,21%	3,67%	8.485,27	0,20%
Benefícios	213.687,47	4,15%	31,90%	180.552,50	4,38%	11,45%	162.008,27	3,77%
FGTS	88.991,29	1,73%	31,10%	70.375,35	1,71%	3,67%	67.881,51	1,58%
Impostos Taxas e Contribuições	107.321,08	2,08%	-2,02%	101.209,68	2,45%	-7,60%	109.534,38	2,55%
Material de Consumo	85.733,62	1,66%	624,85 %	104.742,21	2,54%	785,57 %	11.827,70	0,28%
Administrativa	567.436,49	11,01 %	32,31%	479.087,04	11,62%	11,71%	428.870,37	9,99%
Despesas Gerais	332.345,07	6,45%	100,54 %	158.644,13	3,85%	-4,27%	165.728,83	3,86%
Serviços de Terceiros	64.059,76	1,24%	662,62 %	24.000,00	0,58%	185,71 %	8.400,00	0,20%

Serv Prest Autônomos	64.059,76	1,24%	662,62 %	24.000,00	0,58%	185,71 %	8.400,00	0,20%
Serv Prest Pessoa Jurídica	268.285,31	5,21%	70,53%	134.644,13	3,26%	-14,42%	157.328,83	3,67%
Encargos Financeiros	5.452,62	0,11%	-42,19%	4.462,49	0,11%	-52,69%	9.431,59	0,22%
Encargos Financeiros	5.452,62	0,11%	-42,19%	4.462,49	0,11%	-52,69%	9.431,59	0,22%
Aplicação em Projetos/Atividades	2.186.303,43	42,43 %	24,72%	1.401.893,31	33,99%	-20,03%	1.752.995,11	40,85%
Aplicação em Projetos/Atividades Privados	2.026.845,91	39,34 %	38,05%	1.244.274,16	30,17%	-15,25%	1.468.149,75	34,21%
Aplicação Campanha Inst. EB	924.643,98	17,95 %	208,21 %	820.226,39	19,89%	173,41 %	300.000,00	6,99%
Aplicação RVO Manaus	557.981,69	10,83 %	-52,10%	282.073,22	6,84%	-75,79%	1.165.000,00	27,15%
Aplicação 1º Esq Cav Leve	55.002,48	1,07%		-	0,00%		-	0,00%
Aplicação RVO Três Corações	350.000,00	6,79%		-	0,00%		-	0,00%
Aplicação Prog Mecenaz	139.217,76	2,70%	4319,96 %	141.974,55	3,44%	4407,49 %	3.149,75	0,07%
Aplic Proj Lei de Inc. Fiscais	159.457,52	3,09%	-44,02%	157.619,15	3,82%	-44,67%	284.845,36	6,64%
Aplicação Proj Revit Cemitério HRL	142.894,62	2,77%		43,68	0,00%		-	0,00%
Aplicação Proj Livro Muralhas 4	13.328,85	0,26%	-95,28%	17.179,43	0,42%	-93,92%	282.680,93	6,59%
Aplicação Proj Livro Estigarríbia	3.234,05	0,06%		140.396,04	3,40%		-	0,00%
Aplicação Proj CD BSEx	-	0,00%	- 100,00 %	-	0,00%	- 100,00 %	2.164,43	0,05%
SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO EXERCÍCIO	631.313,16		763,61%	496.129,02		578,68%	73.101,58	